

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIVESP

Chave de correção final da Peça Prático-Profissional - Parecer Técnico

1. QUESTÃO

Durante o procedimento licitatório para a contratação de serviços de apoio técnico, promovido pela UNIVESP com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a comissão de licitação identificou que uma das empresas participantes deixou de atender a critérios objetivos de habilitação previstos no edital, resultando em sua desclassificação.

A empresa desclassificada, inconformada, interpôs recurso administrativo e ingressou com medida judicial visando à suspensão do certame. Diante disso, a UNIVESP pretende apresentar manifestação técnica, com o objetivo de demonstrar a legalidade dos atos praticados, a regularidade do procedimento e a necessidade de continuidade do processo licitatório.

Na qualidade de advogada(o) da UNIVESP, redija um Parecer Técnico contendo:

- I. Demonstração da regularidade do procedimento licitatório, com base na Lei nº 14.133/2021;
- II. II. Fundamentação jurídica clara sobre a legalidade da desclassificação, com destaque para a observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; III.
- III. Argumentos que afastem alegações de prejuízo à competitividade ou à transparência do certame;
- IV. IV. Pedido final pela improcedência do recurso e manutenção da decisão administrativa de desclassificação da empresa, assegurando a continuidade do procedimento.

Redija, em 20 a 30 linhas, um Parecer Técnico com linguagem formal e fundamentação jurídica consistente, fazendo referência aos dispositivos legais pertinentes.

2. GABARITO COMENTADO

Inicialmente, o candidato deve identificar o procedimento licitatório em curso, promovido pela UNIVESP para a contratação de serviços de apoio técnico, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, contextualizando a desclassificação de uma das empresas participantes em razão do não atendimento a critérios objetivos de habilitação previstos no edital. Deve-se deixar claro que a decisão da comissão de licitação ocorreu em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme determina o art. 37 da Constituição Federal.

Na fundamentação, espera-se que o candidato demonstre, com precisão técnica e jurídica, que os atos administrativos praticados estão revestidos de legalidade e legitimidade. A desclassificação da empresa deve ser defendida com base em critérios objetivos e previamente estabelecidos no edital, afastando qualquer possibilidade de discricionariedade arbitrária ou violação da isonomia entre os licitantes. É desejável que o texto destaque a imparcialidade da comissão na análise documental e a compatibilidade do procedimento com os princípios da competitividade e da transparência licitatória.

Além disso, o candidato deve abordar os atributos dos atos administrativos, notadamente a presunção de legitimidade e a imperatividade, explicando que a desclassificação possui eficácia e validade enquanto não for anulada por decisão superior, o que, no caso, não se justifica diante da ausência de vícios. O parecer técnico deve, ainda, reforçar que tanto o recurso administrativo quanto a medida judicial não apresentam elementos que desautorizem a continuidade do certame, o qual deve ser preservado em nome do interesse público e da segurança jurídica.

Por fim, a resposta deve apresentar um pedido objetivo, requerendo a improcedência do recurso administrativo e da medida judicial, com a consequente manutenção da decisão de desclassificação, permitindo que o processo licitatório tenha prosseguimento regular. Em suma, espera-se um parecer coeso, com domínio da linguagem jurídica, fundamentação consistente na Lei nº 14.133/2021 e adequada articulação argumentativa, compatível com o exercício da advocacia pública.

3. DISTRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO

CRITÉRIO	FATORES E REQUISITOS PARA PONTUAÇÃO	PONTOS
ASPECTO FORMAL	Domínio da norma culta da língua, no seu registro formal; pontuação, ortografia, concordância, regência, uso adequado de pronomes, emprego de tempos e modos verbais.	15
ASPECTO TEXTUAL	Respeito à estrutura da tipologia textual solicitada, paragrafação; uso adequado de conectivos e elementos anafóricos, observância da estrutura sintático-semântica dos períodos.	15
ASPECTO TÉCNICO	<p>Atendimento à proposta temática, seleção e organização de argumentos consistentes que fundamentem a tese, demonstração do conhecimento jurídico, progressão temática coerente, propriedade vocabular, clareza, apropriação produtiva e autoral do recorte temático, CONFORME DISPOSIÇÃO A SEGUIR:</p> <p>1. Identificação clara do caso concreto (2,0) Reconhecimento do procedimento licitatório promovido pela UNIVESP e da base legal utilizada (Lei nº 14.133/2021).</p> <p>2. Delimitação do objeto da manifestação técnica (2,0) Esclarecimento de que se trata de parecer para sustentar a legalidade da desclassificação de empresa licitante.</p> <p>3. Fundamentação sobre a regularidade do procedimento licitatório (2,0) Demonstração do cumprimento dos dispositivos legais da nova Lei de Licitações.</p> <p>4. Citação fundamentada da Lei nº 14.133/2021 (2,0) Indicação dos dispositivos pertinentes, especialmente sobre habilitação e julgamento.</p> <p>5. Aplicação dos princípios constitucionais do art. 37 da CF/88 (2,0) Exploração dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p> <p>6. Argumentação jurídica sobre a legalidade da desclassificação</p>	30

	<p>(2,0) Justificativa da desclassificação com base em critérios objetivos e editalícios.</p> <p>7. Rejeição de alegações de subjetividade ou arbitrariedade (2,0) Defesa da imparcialidade da comissão de licitação com base técnica.</p> <p>8. Explicação sobre os atributos dos atos administrativos (2,0) Ênfase na presunção de legitimidade e imperatividade dos atos da administração pública.</p> <p>9. Referência à ausência de vícios nos atos administrativos (2,0) Demonstração de que não houve ilegalidade ou erro procedimental.</p> <p>10. Afastamento de alegações de prejuízo à competitividade (2,0) Argumentação de que a exclusão visou preservar isonomia entre os licitantes.</p> <p>11. Afastamento de alegações de prejuízo à transparência (2,0) Demonstração de que todos os atos foram públicos e devidamente fundamentados.</p> <p>12. Fundamentação da continuidade do certame (2,0) Argumento de que não há impedimento jurídico para a manutenção da licitação.</p> <p>13. Defesa do interesse público e da segurança jurídica (2,0) Demonstração da importância da continuidade para a coletividade e a estabilidade dos atos administrativos.</p> <p>14. Pedido conclusivo objetivo e coerente (2,0) Requerimento pela improcedência do recurso administrativo e da medida judicial.</p> <p>15. Uso adequado da linguagem jurídica formal (2,0) Clareza, correção terminológica e uso técnico do vocabulário.</p>	
--	---	--

Total: 60 pontos.